



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4 DE 2012
REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, em sessão ordinária, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1. **Período de “Antes da Ordem do Dia”**;-----
2. **Pacto de Autarcas – Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética de Vila Nova de Cerveira**; -----
3. **Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento**; -----
4. **Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – Fixação da Taxa para o ano de 2013**; -----
5. **Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2013, incidente sobre o lucro tributável relativo a 2012**; -----
6. **Comemoração do Dia do Município, dos Bombeiros Voluntários e da Proteção Civil / Proposta de Atribuição de Medalha de Honra do Município**; -----
7. **Parecer da Câmara Municipal sobre Reorganização da Administração Autárquica, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 11.º da Lei 22/2012, de 30 de Maio**. -----

Verificou-se a existência de **Quórum** com a presença de **30** membros da Assembleia e a ausência do senhor deputado **António João Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mentrestido**. -----

Foi entregue ao Presidente da Mesa, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 10º do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, da Sr.ª deputada **Anabela Lages de Oliveira Quintas**, da bancada do Partido Socialista (**Anexo 1**), que foi substituída por **Carlos Manuel Poço Pereira**. -----

Foi considerada **justificada a falta** dada pelo Sr. deputado **Joaquim Teixeira e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Loivo**, à última sessão desta Assembleia (**Anexo 2**). -----

Foi considerada **injustificadas a falta** à Sessão de **29 de Junho de 2012** do Sr. Deputado **Carlos Daniel Malheiro Gonçalves**, por não ter apresentado qualquer tipo de justificação válida, dentro do prazo estabelecido por Lei. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente senhor José Manuel Vaz Carpinteira, tendo ainda assistido à sessão os senhores Vereadores Fernando Nogueira, Sandra Pontedeira e Fernando Matias. -----

Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO UM da ordem de trabalhos: “período de Antes da Ordem do Dia”-----

----- a) **Leitura e aprovação das actas anteriores, leitura resumida de expediente, e prestação de informações e esclarecimentos.** -----

Foi submetida à apreciação a **Acta da Sessão de 29 de Junho de 2012**, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

Submetida à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com duas abstenções** dos deputados **Carlos Gonçalves** e **Carlos Pereira**, por não terem estado presentes. -----

O Presidente da Mesa tendo em consideração o volume de pareceres sobre a reorganização administrativa territorial autárquica já emitidos pelas Assembleias de Freguesia, o relatório da Comissão de Trabalho criada para o efeito e a posição já expressa pela Câmara municipal, propôs a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, nomeadamente, **Ponto Oito “Emissão de Parecer sobre Reorganização Administrativa Territorial Autárquica”**. -----

Atendendo à urgência e oportunidade deste assunto, a Assembleia Municipal pronunciou-se maioritariamente **a favor** com **uma** abstenção do deputado **Rui Esteves**, da inclusão deste assunto, ficando a ordem de trabalhos com a seguinte composição: -----

1. **Período de “antes da ordem do dia”;**-----
2. **Pacto de Autarcas – Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética de Vila Nova de Cerveira;** -----
3. **Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento;** -----
4. **Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – Fixação da Taxa para o ano de 2013;** -----
5. **Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2013, incidente sobre o lucro tributável relativo a 2012;** -----
6. **Comemoração do Dia do Município, dos Bombeiros Voluntários e da Proteção Civil / Proposta de Atribuição de Medalha de Honra do Município;** -----
7. **Parecer da Câmara Municipal sobre Reorganização da Administração Autárquica, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 11.º da Lei 22/2012, de 30 de Maio.** -----
8. **Emissão de Parecer sobre Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.** -----

Finalizada esta votação registou-se a entrada do Sr. deputado Fernando Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira. -----

Foi distribuída a listagem da correspondência recebida e expedida (**Anexo 3**), que ficou à ordem dos membros da Assembleia para consulta.-----

Foi colocada à disposição da Assembleia, a “Informação da Atividade Municipal” nos últimos meses, bem como a informação sobre a listagem de processos judiciais pendentes em 27/09/2012 e sobre o estado atual dos mesmos (**Anexo 4**). -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente a estes assuntos, nenhum Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- **b) Votos de Louvor, Congratulações, Saudações e Votos de Pesar.**-----

- **João Araújo** – em nome da bancada do Partido Socialista proferiu um **Voto de Louvor (Anexo 5)**, ao **Padre Márcio Asseiro**, natural da freguesia de Reboreda, pela Ordenação Sacerdotal realizada no dia 9 do corrente mês de Setembro. -----

Finalizada esta intervenção registou-se a entrada do deputado Fernando Venade. -----

- **Roleira Marinho** – Felicitou a iniciativa da intervenção proferida pelo deputado da bancada do Partido Socialista, associando-se à mesma. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a **admissão do Voto de Louvor**, que foi admitido por unanimidade e sem intervenções para a sua discussão. Submetido à votação, foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- **c) Intervenções políticas e interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.**-----

Neste ponto **inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados**:-----

- **Manuela Ferreira** – Através da leitura do documento que faz parte integrante da Ata (**Anexo 6**), apresentou uma **Moção** da bancada do Partido Socialista, contra a proposta sugerida pelo Governo de extinção da **Fundação da Bienal de Cerveira**. -----

- **Roleira Marinho** – Sobre este assunto, questionou o Presidente da Câmara Municipal, sobre o “estado de saúde” da Fundação da Bienal, nomeadamente acerca dos subsídios públicos recebidos por parte do governo e da autarquia, como funciona, as despesas que acarreta e o quadro de pessoal que possui. Disse, ainda, que é intenção do grupo parlamentar do Partido Social Democrata associar-se a esta Moção, desde que a palavra “repúdio” nela constante fosse substituída por outra expressão mais adequada. -----

Presidente da Câmara – Esclareceu todo o processo sobre o reconhecimento da Fundação da Bienal de Cerveira, bem como a Lei dos Censos das Fundações que desencadeou esta problemática. Informou ainda que pelo facto da Fundação da Bienal ter sido avaliada apenas por seis meses de atividade, numa reunião realizada no mês de agosto com o Secretário de Estado da Administração Pública, Helder Rosalino, ficou definida uma avaliação somente em 2013, por forma a completar os três anos de funcionamento. Mais informou que a próxima edição da Bienal de Arte de Vila Nova de Cerveira, que assinalará os 35 anos, já está a ser preparada, tendo até tema escolhido. Por último respondeu às questões levantadas pelo deputado Sr. Roleira Marinho.-----

- **Fernando Venade** – Manifestou que na sua opinião e depois dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, entende que a palavra “repúdio” é uma palavra concreta e a que mais se apropria para a Moção apresentada, lamentando a opinião/posição dos deputados da bancada do Partido Social Democrata. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Roleira Marinho** – Protestou a intervenção do deputado Fernando Venade, não só pelo seu conteúdo mas também pela forma como ele se dirigiu aos deputados da sua bancada, alertando que se insistirem em manter a palavra “repúdio” na Moção, a bancada do Partido Social Democrata, votará contra. -----

- **O Presidente da Mesa**, por sugestão do Presidente da Câmara, propôs a substituição da palavra “repúdio” por “não aceite”, ficando a Moção relativa à Fundação da Bienal com a seguinte redação:”Os deputados Municipais, abaixo assinados, vem propor à Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira que não aceite, desde já, qualquer proposta do Governo Central, que configure um ataque à autonomia das autarquias locais constitucionalmente protegida.”.-----

Seguidamente colocou à votação a admissão da Moção, que foi admitida por unanimidade e sem intervenções para a sua discussão. Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade e aclamação. ----

- **Júlio Vilas Boas** – Questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre os procedimentos adotados nos ajustes diretos, designadamente quais os montantes envolvidos, as empresas selecionadas para consulta e os critérios que estão definidos para o recurso a esta modalidade de aquisição de bens e serviços. -----

- Finalizada esta intervenção registou-se a chegada da Sr.ª Vereadora Sandra Pontedeira. -----

- **Cândido Malheiro** – Através da leitura dos documentos que fazem parte integrante da ata, abordou diversos temas e desenvolveu algumas considerações, nomeadamente o ponto da situação da carta de *Aalborg*; uma intervenção a que chamou “Repensar o Parque do Castelinho” (**Anexo 7**); outra intitulada de “Reflexões/pequenos reparos” acerca do Castelo de Cerveira, da Ecopista, do corrimão da marginal do Rio Minho, do Terreiro, da iluminação da via pública, do passeio junto às Alminhas de S. Gonçalo e da escultura na entrada sul da Vila junto à casa do Turismo (**Anexo 8**); e ainda “As redes sociais” (**Anexo 9**), expressando aqui a sua indignação contra os utilizadores da *Internet* que empregam perfis falsos para caluniar cidadãos, em particular membros do órgão Executivo e da Assembleia Municipal. -----

-**Roleira Marinho** - Através da leitura do documento que faz parte integrante da ata, efetuou algumas considerações acerca de vários assuntos, tais como a poda do “Carvalho de Chagny”, a degradação do pavilhão multiusos da Zona Industrial, a segurança rodoviária, a necessidade de ajustar os tempos de espera de alguns semáforos e acompanhou as preocupações manifestadas pelo deputado Cândido Malheiro relativamente às redes sociais (**Anexo 10**). -----

Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que respondeu a todas as questões que foram colocadas. -----

Às 23h15, ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 35.º do Regimento, o **Presidente da Mesa** solicitou autorização para continuar a sessão depois das 24h00, que foi concedida por unanimidade. Seguidamente concedeu um intervalo de 10 minutos, a fim de serem distribuídos e analisados os documentos referentes ao Ponto Oito da ordem de trabalhos. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO DOIS da ordem de trabalhos “**Pacto de Autarcas – Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética de Vila Nova de Cerveira**” -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu os aspetos mais relevantes do documento em apreço (**Anexo 11**), informando que os edifícios dos Paços do Concelho e da Piscina Municipal foram selecionados como edifícios piloto para o estudo da eficiência energética a efetuar, ao qual a Câmara Municipal emitiu parecer favorável. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Roleira Marinho**, que referiu tratar-se de um documento muito técnico, pesado e de difícil compreensão, cheio de boas intenções e promessas mas sem certeza de qualquer sustentabilidade. Questionou ainda quais os custos e meios envolvidos, e ainda as entidades consultadas. -----

Não se tendo registado mais intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que respondeu a todas as questões colocadas. -----

Submetido à votação, o plano de ação foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS da ordem de trabalhos “**Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento**” -----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que esta revisão no valor global de 1.125.000,00€ prende-se com o facto de ter havido atraso na execução das empreitadas da Avenida das Comunidades - regeneração urbana da entrada norte da Vila, no Centro de apoio às empresas – 3.º fase – pavilhão multiusos, na implementação de sistema de águas residuais domésticas na freguesia de Covas e na Ecovia “Caminho do Rio”, pelo que o valor das referidas empreitadas transitará para o ano de 2013. Não se tendo verificado nenhuma intervenção, foi a mesma submetida à votação, tendo a primeira revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos (**Anexo 12**) sido aprovada por **maioria com cinco abstenções** dos deputados **Roleira Marinho, Raquel Pires, Augusto Venade, Júlio Vilas Boas e Marco Fernandes**. -----

PONTO QUATRO da ordem de trabalhos “**Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – Fixação da Taxa para o ano de 2013**” -----

O **Presidente da Câmara** apresentou detalhadamente a proposta aprovada pela Câmara Municipal (**Anexo 13**). -----

Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Assembleia** que através da leitura do documento que faz parte integrante da ata (**Anexo 14**), felicitou a ponderação da Câmara Municipal ao definir a taxa mínima desse imposto em 0,3%. Em face dos resultados dos Censos 2011 defendeu, ainda, a necessidade de se definir uma agenda para o desenvolvimento do interior, que incluía a minoração até 30% da taxa de IMI nas freguesias onde se regista uma forte perda de população, facto que, no seu entender, em articulação



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a implementação de outros incentivos de idêntica natureza, poderia ser útil para a fixação da população nas zonas críticas.-----

- **Pedro Soares** - subscreveu na íntegra a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal e sustentou que essa minoração nas áreas do interior deveria ser progressiva, no sentido de beneficiar quem vive nas freguesias mais distantes da sede do concelho. -----

- **Cândido Malheiro** – Informou que no âmbito da avaliação geral em curso as avaliações são feitas, mas que não existe equidade fiscal, pois os imóveis são avaliados conforme os projetos apresentados, mas quem faz obras clandestinas, não paga licenças municipais e por conseguinte não paga IMI sobre estas mesmas obras. -----

A este respeito o **Presidente da Câmara** chamou a atenção para a necessidade de se informar as entidades competentes das obras clandestinas que haja conhecimento, de modo a possibilitar a instauração do respetivo processo de averiguações com vista à identificação e eventual punição dos autores pelas infrações cometidas. Relativamente à possibilidade de redução da taxa de IMI, considerou que era uma medida populista e que a opção da Câmara Municipal foi a de fixar a taxa mínima para não aumentar as dificuldades financeiras sentidas pelos Cerveirenses. -----

Recorrendo ao estipulado no art.º 23.º do Regimento, o deputado Roleira Marinho solicitou a interrupção da sessão por cinco minutos. -----

Não se tendo registado mais intervenções, foi a proposta apresentada pela Câmara Municipal para a fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2013, **aprovado por maioria com 5 abstenções** dos deputados **Vitor Silva, Carlos Gonçalves, Pedro Soares, João Calda e Carlos Pereira**, pelo que se fixa o valor do IMI para o ano de 2013 nos seguintes termos: -----

- Taxa da alínea b) do nº 1 do art.º 112º - prédios urbanos – 0,8%; -----

- Taxa da alínea c) do nº 1 do art.º 112º - prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,3%; -----

- Que, nos termos previstos no nº 8, do art.º 112 do CIMI, de 12 de Novembro, a Assembleia Municipal, fixe em 30% o índice de majoração a aplicar à taxa de IMI de todos os prédios urbanos considerados degradados e desocupados, nos termos previstos no referido Código. -----

PONTO CINCO da ordem de trabalhos “**Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2013, incidente sobre o lucro tributável relativo a 2012**” -----

Após exposição pormenorizada feita pelo senhor **Presidente da Câmara Municipal** e na ausência de qualquer outra intervenção, a proposta (**Anexo 15**) foi de imediato submetida à votação, tendo sido aprovado por **unanimidade**, o lançamento para o ano de **2013** de: -----

1. Uma derrama correspondente a **1% do Lucro Tributável** sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com **Volume de Negócios superior a 150.000 Euros** (em 2012), e; -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. Uma derrama **reduzida** para os sujeitos passivos com **Volume de Negócios até 150.000 Euros** (em 2012) correspondente a **0,8% do Lucro Tributável** sujeito e não isento de IRC, ficando, em todo o caso isentos do respectivo pagamento, os sujeitos passivos que apresentem, no ano em causa, um volume de negócios até **50.000 Euros**. -----

PONTO SEIS da ordem de trabalhos “**Comemoração do Dia do Município, dos Bombeiros Voluntários e da Proteção Civil / Proposta de Atribuição de Medalha de Honra do Município**” -----

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou a proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal e que visa galardoar três pessoas, com as Medalhas de Honra do Município, designadamente o Pintor Jaime Isidoro, o Escultor José Rodrigues e o Pintor Henrique Silva, pela excecional relevância dos seus trabalhos em prol das Bienais de Arte de Vila Nova de Cerveira. -----

Seguidamente o Presidente da Câmara Municipal aproveitou para informar que estas medalhas serão entregues juntamente com as Medalhas de Mérito, na cerimónia nobre que assinalará o dia do Município, convidando desde já os deputados a estarem presentes. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Roleira Marinho**, informando que a bancada do Partido Social Democrata irá associar-se a esta proposta sobre as individualidades a condecorar, realçando apenas um pormenor de ortografia no nome de um dos homenageados, que no seu entender se encontra desadequado. -----

Prestados os esclarecimentos devidos e não se tendo verificado intervenções, foi a proposta de Atribuição de Medalhas de Honra do Município (**Anexo 16**) submetida à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

PONTO SETE da ordem de trabalhos “**Parecer da Câmara Municipal sobre Reorganização da Administração Autárquica, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 11.º da Lei 22/2012, de 30 de Maio**” -----

Pelo Sr. **Presidente da Câmara** foi apresentada, acerca do assunto em epígrafe, a proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal (**Anexo 17**) e que seguidamente se transcreve: -----

“... *É parecer deste Executivo:* -----

Que a Câmara Municipal não promova a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, a qual teria especial e negativo impacto na organização e coesão territorial do município de Vila Nova de Cerveira, a não ser que, a existir qualquer processo de agregação/fusão/extinção de freguesias no concelho, que este seja expressa e livremente da iniciativa e decisão dos respectivos órgãos autárquicos e das populações locais. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO OITO da ordem de trabalhos “**Emissão de Parecer sobre Reorganização Administrativa Territorial Autárquica**” -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia** fez o enquadramento legal da matéria constante neste ponto e informou que a Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica e define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo.-----

Destacou que nos termos do artigo 11.º da referida Lei compete à Assembleia Municipal deliberar (pronunciar-se) sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, considerando os princípios e os parâmetros de agregação definidos na lei e levando em linha de conta os contributos dos restantes órgãos autárquicos envolvidos nesta questão.-----

Para esse efeito, sublinhou que foram recolhidos e analisados os pareceres da Câmara Municipal e de parte significativa das Juntas e Assembleias de Freguesia, sendo de destacar que todos convergem no sentido de rejeitar a aplicação da Lei n.º 22/2012 no concelho de Vila Nova de Cerveira, na parte referente à agregação de freguesias. Os motivos alegados contra a agregação de freguesias são similares, dos quais fazem parte razões de ordem histórica, social, cultural e económica.-----

Neste contexto, concluiu que foi apresentada uma proposta de deliberação (**Anexo 18**) contra a extinção/agregação de qualquer freguesia do concelho de Vila Nova de Cerveira, subscrita pela Mesa e pelos elementos integrantes da Comissão de Trabalho criado para estudar este assunto, e que seguidamente se transcreve: -----

“(...) Depois de devidamente documentados e tendo em consideração os argumentos invocados nos pareceres já apresentados pelos órgãos autárquicos auscultados, os eleitos com assento na Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, chamados a pronunciarem-se no dia 28 de Setembro de 2012, em sessão ordinária deste órgão, sobre a Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, afirmam a sua oposição à extinção de qualquer freguesia tendo por base os seguintes pressupostos: -----

- *Em rigor, nenhum membro desta Assembleia Municipal tem legitimidade democrática para decidir sobre esta matéria, porque nenhum dos partidos políticos que se apresentaram a eleições nas últimas autárquicas e mesmo legislativas, defenderam nos seus programas a extinção ou fusão de freguesias, assim sendo, não estamos devidamente mandatados para este efeito.-----*
- *Não estão claramente evidenciados no diploma legal que consagrou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, os ganhos de eficiência, a fundamentação da sua necessidade, a oportunidade da sua concretização, bem como a adequação dos objetivos propostos, nem tampouco são vislumbráveis tais desideratos no cenário de aplicação dessa lei no município de Vila Nova de Cerveira.-----*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- *No momento de dificuldades e de forte crispação social que o País atravessa, esta Lei, a ser implementada, constituirá mais um fator de perturbação na ordem estabelecida, contribuindo para a instabilidade social e a desagregação de comunidades estáveis.*-----
- *Desde 1976 que as Freguesias têm vindo a afirmar-se como entidades administrativas dotadas de identidade e autonomia próprias, que exercem localmente o poder que está mais próximo dos cidadãos e têm respondido com um governo de proximidade à burocracia e ao distanciamento entre a administração e os cidadãos.*-----
- *Ao longo da história da nossa democracia, as Freguesias têm desempenhado um incontestável papel de relevo na promoção do desenvolvimento sócio-cultural das populações e constituíram-se como pólos de desenvolvimento local, de coesão social, de sustentabilidade dos territórios, dinamizadoras da participação cívica dos cidadãos, sem se endividarem e sem terem contribuído para o agravamento do défice das contas públicas.*-----
- *As consequências da reforma administrativa que o Governo pretende impor às freguesias traduzir-se-ão, ainda, numa redução drástica dos serviços públicos prestados às populações, na destruição da coesão territorial municipal, no acentuar da desertificação nas pequenas localidades, no enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses das populações e na perda da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais.*-----

Pelo exposto e em defesa do desenvolvimento harmonioso e equilibrado no concelho de Vila Nova de Cerveira concluímos que, enquanto eleitos locais e representantes das populações, é nosso dever prosseguir a defesa das Freguesias contra a agregação que se encontra plasmada na Lei nº 22/2012. Nesse sentido, propomos a manutenção do atual mapa autárquico.-----

Recorrendo ao estipulado no art.º 23.º do Regimento, o deputado **Roleira Marinho** solicitou a interrupção da sessão por cinco minutos. -----

Retomada a sessão, **Pedro Soares** informou que a Junta de Freguesia de Sopo, bem como a Assembleia de Freguesia, ainda não deliberaram sobre esta matéria, pelo que irá abster-se. -----

Roleira Marinho – informou já se ter pronunciado sobre este assunto, na Assembleia Municipal anterior, meramente a título pessoal. Hoje também tem posição pessoal e partidária. Sobre a Proposta apresentada disse: “Lei é Lei e se é Lei cumpre-se”; no entanto temos hoje uma proposta que vai em sentido contrário do que a Lei propõe. Se a Lei for avante, haverá freguesias que serão penalizadas, porque esta Assembleia Municipal não foi capaz de apresentar uma proposta concreta. Se esta Assembleia fosse capaz de agregar as freguesias de Lovelhe, Loivo e Vila Nova de Cerveira, ficaríamos mais fortes, conforme proposta apresentada na última Assembleia Municipal, que foi elogiada e aclamada



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por vários deputados. Referiu ainda que há 150 anos atrás, a freguesia de Campos estava anexada a Vila Meã. Lamenta a falta de capacidade de apresentar uma proposta mais concreta. Por fim referiu que a bancada do Partido Social Democrata irá votar contra, apresentando uma **Declaração de Voto (Anexo 19)**. -----

Marco Fernandes – Referiu que fazendo parte integrante da Comissão de Trabalho que estudou a aplicação desta reforma no concelho de Cerveira, não irá alinhar no sentido de voto da sua bancada (PSD), ou seja não irá votar contra uma proposta que subscreveu. -----

Submetido à votação foi **aprovada por maioria** com 24 votos a favor, 4 votos contra dos deputados **Roleira Marinho, Raquel Pires, Augusto Venade e Júlio Vilas Boas** e 2 abstenções dos deputados **Cândido Malheiro e Pedro Soares**, a pronúncia da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, no sentido de não considerar que foram identificados argumentos claros que justifiquem a alteração do atual mapa autárquico do concelho de Vila Nova de Cerveira.-----

De seguida o Presidente da Assembleia, abriu o período reservado ao público, tendo-se registado o pedido de intervenção do **Sr. Joaquim Amorim**, que questionou se o atraso verificado na avaliação dos imóveis se deve apenas aos avaliadores ou aos serviços externos, ao qual o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que deveria colocar essa questão aos serviços competentes, ou seja à AT - Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

Não havendo mais assuntos a tratar e por proposta do Presidente da Mesa, foi esta Ata, por **unanimidade, aprovada em minuta**, afim das deliberações tomadas produzirem efeitos de imediato, tendo sido dado à mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

E, sendo 1h20, foi dada por encerrada esta sessão, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

Vítor Nelson Esteves Torres da Silva

O 1º Secretário,

Rui Alberto Rodrigues da Cruz

A 2ª Secretária,

Manuela Maria Lourenço Ferreira